

ESTUDO SOBRE A MODALIDADE NA FALA DE CRICIÚMA E LAURO MÜLLER:
UMA PROPOSTA DE ANÁLISE

Jacira POSSAMAI (Universidade do Extremo Sul Catarinense- UNESC)
Angela Cristina Di Palma BACK (Universidade do Extremo Sul Catarinense- UNESC,
Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC)

ABSTRACT: *This article focus on the category of possibility, under the scope of irrealis, based on the corpus available at the project Atlas Sociolingüístico da AMREC. We gradually analyze from [+poss] to [-poss], in the interface of deontic and epistemic possibilities, from the theoretical perspective of Coates (1995) and Heine (1995).*

KEY WORDS: *Speech; semantics; modality; possibility.*

0. Introdução

Focalizamos neste estudo o matiz modal de *possibilidade*, que envolve tanto modalidade deôntica quanto epistêmica, sob o escopo de um dos contextos de *irrealis*, com o objetivo de propor e testar uma matriz de traços para medir os graus de modalidade, ou melhor, graus de *possibilidade*. Para tanto, a hipótese que se coloca é a de que a interpretação de um dado enunciado pode ocorrer pendendo para uma *possibilidade* deôntica em direção ao *realis*, ou ainda, em direção oposta, caracterizando a *possibilidade* epistêmica rumo ao *irrealis*, marcando um gradiente modal.

Em termos gerais, a modalidade é uma categoria constituída de propriedades pragmático-discursivas (Fleischman, 1982), que está intimamente relacionada com determinadas situações de uso da língua, levando-se em conta a intenção ou atitude do falante face ao conteúdo proposicional. Seguindo essa orientação, Costa (1995) observa que a categoria modalidade passa a ser elaborada não em termos de verdade externa, conforme postulados lógicos, mas em termos funcionais, compreendendo tanto o julgamento do falante quanto o do ouvinte em relação ao próprio discurso. A autora ainda afirma que a categoria modalidade é extremamente produtiva em determinadas situações comunicativas, o que possibilita que se diversifiquem os meios de que o falante dispõe para expressá-la, ou seja, dependendo de como ele enuncia, mesmo que a fala não seja totalmente explicitada, saberemos o que ele quer dizer.

O suporte teórico deste estudo será abordado na seção um, e leva em conta os postulados de Coates (1995) e Heine (1995). Coates (*op. cit.*) observa que a modalidade deôntica envolve significados tais como *permissão* e *obrigação*, e também *possibilidade* e *necessidade*. Já a modalidade epistêmica diz respeito às hipóteses ou avaliações de possibilidades, e, na maior parte dos casos, indica a confiança ou a falta de confiança do falante na verdade da proposição expressa. Ambos os tipos de modalidade são matizados num gradiente que vai do *realis* (algo é verdadeiro ou falso) ao *irrealis* (verdade possível), na terminologia de Givón (1984). Seguindo a orientação givoniana, Back (2005:47) também observa que dependendo da atitude do falante constituir-se-á seu julgamento epistêmico (de verdade, possibilidade, certeza, crença, evidência) e deôntico ou avaliativo (de desejo, preferência, intenção, habilidade, obrigação, permissão, necessidade, manipulação). As modalidades deôntica e epistêmica não são mutuamente exclusivas, podendo interagir de diversas maneiras, a exemplo do que propõe Coates em se tratando do matiz modal de *possibilidade*.

Na seção dois, apresentamos a metodologia utilizada, a partir da qual recortam-se evidências da oralidade, explorando contextos que exprimem *possibilidade*, tanto deôntica quanto epistêmica. As ocorrências, para esta investigação, foram extraídas de entrevistas do projeto Atlas Sociolingüístico da Região Carbonífera¹.

O mapeamento do gradiente de *possibilidade* é discutido na seção três, na qual se faz a caracterização analítica dos dados, postulando o porquê de ora estarmos diante de *possibilidade* deôntica, ora de epistêmica. Por fim, propomos, nas considerações finais, uma matriz que computa os parâmetros sintáticos, semânticos e pragmáticos, a partir dos quais se estabelece os graus de *possibilidade* – [*poss 1*], [*poss 2*], [*poss 3*]... Assim, colocamos esta proposta numa espécie de *brainstorm* ao listar os parâmetros com os quais trabalhamos durante a análise das evidências.

¹ O projeto Atlas Sociolingüístico da Região Carbonífera conta, atualmente, com cerca de 700 entrevistas das onze cidades que compõem a AMREC (Associação dos municípios da região carbonífera), a saber: Criciúma, Forquilha, Nova Veneza, Içara, Cocal do Sul, Urussanga, Lauro Müller, Morro da Fumaça, Treviso, Siderópolis e Orleans. Salienta-se que, neste estudo, as evidências são de informantes da cidade de Lauro Müller.

1. Embasamento teórico

Como base teórica para este artigo, tomamos os autores Heine (1995) e Coates (1995). O primeiro faz um estudo sobre os modais do alemão, comparando seus usos com relação à modalidade que expressam, aos do inglês. O autor isola vários fatores lingüísticos que parecem ser relevantes para a caracterização de usos dos dois tipos de modalidades. Conforme Heine (1995:25 e 26), esses dados sugerem que um enunciado, muito provavelmente, tenha um sentido deontico se:

- a) quaisquer um dos modais (querer), (dever-obrigação) ou (querer, desejar) estiver envolvido;
- b) o verbo principal é uma ação ou um verbo terminativo;
- c) o modal está no perfeito ou no tempo passado;

Além disso, um modal tem uma modalidade deontica muito mais acentuada do que epistêmica se:

- d) ele ocorrer em interrogativa mais do que em enunciados declarativos;
- e) ele ocorrer em enunciados negativos mais do que em enunciados declarativos;
- f) o sujeito for primeira ou segunda pessoa mais do que uma terceira.

Portanto, ainda segundo Heine (1995: 26), a maior parte das propriedades lingüísticas de (a) a (f) de um enunciado se traduz em interpretação de modalidade deontica. Contrariamente, um sentido epistêmico é mais comum se o verbo principal é uma forma progressiva, ou um estativo, por exemplo.

Heine (1995:26,27 e 28) considera também a presença ou ausência de um conjunto de experiências relacionadas, a qual ele chama de enquadramento (*frame*) contextual, que parece ser crucial na decisão de interpretação entre as duas modalidades. O *frame* constitui-se, na verdade, de pistas evidenciais que buscamos a fim de interpretar a modalidade em jogo:

- a) Vestígios contextuais: *frames* requerem um mínimo de pistas contextuais que são engatilhadas espontaneamente sem envolvimento maior de esforço mental ou imaginação. *Frames* que não dispõem desses vestígios dispendem uma quantidade de energia mental.
- b) Conhecimento de mundo: um exemplo ilustrativo do autor é “*deve ser três horas*”. A partir do nosso conhecimento de mundo, sabemos que não se pode manipular o tempo de modo a licenciar a interpretação deontica; portanto, temos a interpretação epistêmica.
- c) Normas sociais: acreditamos em um mundo positivo e esperamos que outras pessoas ajam de um modo socialmente aceitável.

Conforme caracterização em (a), (b) e (c) acima, percebemos que esses *frames contextuais* caem sob o escopo de interpretações semânticas e pragmáticas. Em adição a eles, a escolha entre os dois tipos de modalidade, segundo Heine (1995:29), dependerá de certas propriedades conceptuais, como seguem:

- (**F**), *força*, há um interesse ou não na ocorrência do evento.
- (**C**), *agentividade*, o evento é tipicamente realizado por meio do controle de um agente, codificado como sujeito da sentença.
- (**D**), o evento é dinâmico, i.e., envolve a manipulação de uma situação e é concebida tipicamente como conduzindo a uma troca de estado.
- (**L**), *referência temporal*, o evento ainda não tomou lugar no tempo de referência, i.e., sua ocorrência, se, de fato, toma lugar, *será depois da referência time*.
- (**P**), o evento é não-factual (Palmer 1986 *apud* Heine, (1995)), ainda que haja um certo grau de probabilidade de que ocorra.

O autor observa que as propriedades listadas acima não são de igual importância, observando por exemplo, que a ausência da propriedade **L** torna a diferença mínima entre as duas modalidades, sugerindo que tal propriedade devesse ter valor distinto das outras; embora; em alguns contextos, essa ambigüidade não gera prejuízos ao entendimento do enunciado. Outra propriedade cujo peso deve ser distinto é a **P**, a qual não pode faltar dentro de uma instância epistêmica.

A contribuição de Coates (1995) decorre do fato de ela problematizar Heine (1995), anteriormente apresentado, focalizando o significado modal de *possibilidade*, afirmando que a distinção entre interpretação deontica e epistêmica é problemática na medida em que a mesma forma, às vezes, pode expressar ambas, ou mesmo uma forma lingüística que expressa, predominantemente, a modalidade deontica acaba por desenvolver leituras epistêmicas. Para tanto, a autora faz uso do conjunto de propriedades descritas por Heine (1995), em sua análise dos modais do alemão, mostrando, por meio de exemplos com modais do inglês, que com base somente no critério de Heine somos incapazes de distinguir claramente entre as instâncias de *possibilidade* deontica e epistêmica. Diante dessa constatação, Coates (*op. cit.*) propõe agregar mais uma propriedade visando à distinção

que é o controle da *subjetividade* (S). Essa propriedade pode ser definida como aquela por meio da qual o falante, simultaneamente, tece comentários e expressa sua atitude sobre o que está dizendo.

Visando a aplicar as considerações teóricas, até aqui postas, em nossos dados, estabelecemos alguns critérios, os quais estão em conformidade com Heine (1995) e Coates (2005). A idéia é formatarmos uma matriz que gerará uma gradação de modalidade. Computamos, para isso, os seguintes parâmetros possíveis:

a) lingüísticos	presença lingüística no contexto em análise: <ul style="list-style-type: none"> ▪ pessoa gramatical, ▪ morfologia verbal (tempo gramatical), ▪ presença de expressões modais ▪ tipo de asserção (afirmativa, interrogativa ou negativa) etc
b) semânticos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ traço de animacidade do sujeito, ▪ traço semântico do verbo (dicendi, télico etc) ▪ propriedades conceptuais (F, D, L, P, S) ▪ tempo funcional (uso no discurso) ▪ aspecto etc
c) pragmáticos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ parâmetros que podem pertencer a um “processo global, cujo fortalecimento pragmático decorre da “reinterpretação do contexto” que, em última instância, conduz à emergência de novos significados gramaticais (Heine1995, p.38), ou, ainda, de conhecimento compartilhado em função de normas sociais.

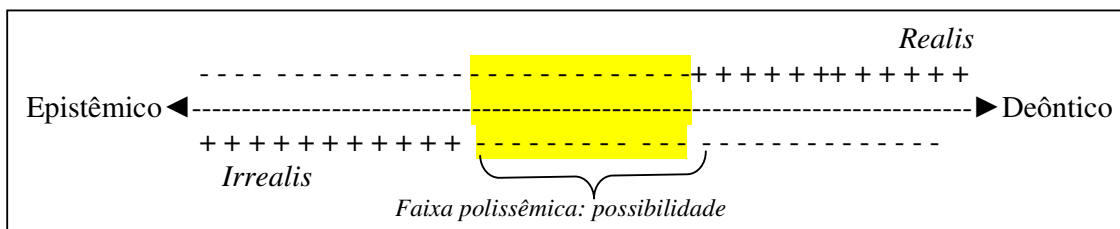
Quadro 01 – Variáveis que podem determinar a gradação da modalidade *irrealis*.

O quadro acima ilustra as possibilidades de se investigar as variáveis nele propostas que são listadas e/ou previstas por Heine (1995) e Coates (1995) que se traduzem nas seguintes questões:

1. Qual é a pessoa do discurso em função gramatical do sujeito?
2. Qual é a morfologia verbal do enunciado?
3. Há a presença de expressão modal?
4. O enunciado se realiza considerando quais tipos de asserção: afirmação, interrogação ou negação?
5. O sujeito gramatical expressa agentividade, ou seja, o evento é tipicamente realizado por meio do controle de um agente, codificado como sujeito da sentença.
6. Qual é o tipo semântico do verbo do enunciado?
7. Qual é o aspecto que expressa o enunciado?
8. Existe alguma força (F) que é caracterizada por um “elemento de vontade”, i.e., que tem interesse ou não na ocorrência do evento.
9. Controlar-se-á o critério (L) em que se verifica se o evento ainda não tem tomado lugar no tempo de referência, i.e, sua ocorrência, se, de fato, toma lugar (ver (e) abaixo), será depois da referência time (L). Seria uma idéia de futuridade ou sempre terá uma idéia de futuridade?
10. Controlar-se-á o critério (P) em que se verifica se o evento é não factual, ainda que haja um certo grau de probabilidade de que ocorra.

A partir das respostas obtidas às questões, podemos, então, atribuir pesos aos fatores, a partir dos quais estabeleceremos um gradiente que vá de [+possibilidade] a [-possibilidade].

Assim, vale destacar que em Heine (1995) se verificam contextos nos quais a distinção deontica e epistêmica torna-se mínima, de modo que em tais casos, estamos lidando com aquilo a que se refere Coates como fusão: os sentidos deontico e epistêmico estão em ambos e são mutuamente compatíveis, o que não envolve a decisão de qual está em jogo a fim de entender a mensagem. Podemos pensar em um tipo de ambigüidade que se estabelece ao longo de faixa polissêmica em que a ambigüidade entre a interpretação epistêmica a deontica se coloca em evidência, em se tratando do viés *modal* de *possibilidade*, como propõe Coates (1995). Dado esse estado de coisas, entendemos que a interpretação na escala mais baixa do *irrealis*, cuja trajetória se aproxima da escala mais baixa do *realis* (em sentidos opostos), culminará com uma interpretação de *possibilidade* deontica, portando o traço [+ poss], e, contrariamente, teremos *possibilidade* epistêmica que portará o traço [- poss]. Esquemmatizando fica, assim:



Quadro 02 – Possibilidade deontica e epistêmica: faixa polissêmica

Ratificando, então, o esquema acima ilustra que a interpretação pode ocorrer pendendo para uma *possibilidade* deôntica em direção ao *realis*, ou ainda, em direção oposta, caracterizando a *possibilidade* epistêmica rumo ao *irrealis*. Isso marca o gradiente modal. A idéia é tomarmos esse tipo de contexto, caracterizando-o apenas como um dos contextos possíveis sob o escopo do *irrealis*. Assim, os parâmetros controlados, apenas, instrumentalizar-nos-ão quanto aos pesos que deveremos atribuir ao listarmos o gradiente de *possibilidade irrealis*, já que lidaremos apenas com esses contextos.

Em suma, o falante imprime ao seu discurso marcas que caem sob o escopo do *irrealis* com intuito, inconsciente, de relativizar o conteúdo do mesmo. Ao ouvinte compete interpretar os recursos utilizados pelo falante a fim de captar a razão de suas escolhas, por isso, a primeira questão é extremamente pertinente à análise, em função de considerar a natureza discursivo-pragmática que pode apontar para um significado *x* em detrimento das marcações eminentemente lingüísticas.

2. Metodologia

Na seção anterior, as perguntas que se colocaram a fim analisar os dados não deixam de conter uma postura metodológica também. Entretanto, aqui lidaremos com a outra parte do processo metodológico que se agrega às questões colocadas, com a finalidade de imprimir o cuidado durante a coleta das evidências.

Em nossas saídas a campo, fazemos entrevista com pessoas que tenham o perfil que o projeto exige: há a estratificação de sexo, idade, escolaridade, área urbana e não-urbana e etnia. A partir de informações colhidas informalmente, chegamos até a pessoa, ali fizemos com ela um inquérito, no qual há algumas perguntas acerca da cidade, da infância, do dia-a-dia da pessoa entrevistada. Para que a entrevista tenha bom resultado, procuramos seguir a metodologia laboviana visando a garantir que a naturalidade da situação não fosse prejudicada, tendo em mente que, conforme Tarallo (2005:19), a língua falada que é o veículo lingüístico de comunicação usado em situações naturais de interação social, do tipo comunicação face a face. Em suma, a língua falada é o vernáculo: a enunciação e expressão dos fatos, proposições, idéias, sem a preocupação de como enunciá-las. No caso então, das entrevistas sociolingüísticas, Tarallo (2005), com base em Labov, diz que o pesquisador deve coletar seus dados em situação de grande envolvimento com o falante, deve tentar neutralizar a presença do gravador e sua própria presença como elemento estranho à comunidade. Outro cuidado é o de que o entrevistado jamais deve ter conhecimento de que o que será analisado em sua entrevista é a fala, a fim de que não preste atenção em sua própria maneira de falar e, assim, aspectos lingüísticos como a modalização aconteça naturalmente, de acordo com a intenção desejada, materializada no seu verdadeiro vernáculo.

Do questionário do projeto, foram escolhidas algumas perguntas, as quais geralmente, o falante expressa matizes de *possibilidade* em função do tema abordado, evidenciando uma situação codificada pelo *irrealis*, focalizando as *possibilidades* epistêmica e deôntica, como política, crenças, situações que envolvem temas ligados à cidade, o que o informante pensa sobre, se acha normal, ‘certo’ ou ‘errado’, por exemplo. Assuntos como esses, por vezes, fazem com que o informante se sinta melindrado em responder por medo de comprometer-se, ou talvez por essas perguntas estarem ligadas a assuntos que ele não tenha tanto interesse, não costuma pensar sobre, como, por exemplo, a respeito da fala; geralmente, não se discute sobre isso, no dia-a-dia, ainda mais em cidades do interior, como Lauro Müller. Por outro lado, quando o falante se expressa sem a preocupação de comprometer-se acerca de temas relacionados a sua vida, sua infância, seu dia-a-dia, percebe-se que a situação é codificada como um fato modal *irrealis* muito próximo do *realis*, pensando em uma situação escalar. Resumindo, busca-se, aqui, ocorrências, a partir das quais, o informante narre experiências pessoais. Nesses contextos, percebemos que a modalidade investigada, ou seja, a *possibilidade* torna-se ser mais visível, uma vez que, é por meio dela que o informante assume, defende ou não um posicionamento.

3. Proposta para análise da categoria modalidade

O problema que se tem verificado junto à análise das ocorrências é, justamente, em contextos que encerram dúvidas, uma vez que estas podem ser provenientes de “n” fatores (não comprometimento com o dito ou/ainda desconhecimento apropriado sobre o assunto etc), frisando que a única dúvida que não se constata é que estamos diante de contextos de possibilidade, portanto, o ponto de contato entre modalidade deôntica e epistêmica, conforme Coates (1995). O recorte, então, far-se-á junto a esses contextos os quais julgamos ser de *possibilidade*. Iniciamos, então, a discussão qualitativa a fim de conseguir instituir, no final, qual o gradiente de *possibilidade* estamos trabalhando, considerando todos os parâmetros em jogo anteriormente destacados. Vamos, então, à discussão das evidências a seguir:

1- ²“*Se eu pudesse cumprir as promessas, mas como eu sei que ninguém pode cumprir promessa, eu prefiro ficar em casa mesmo..*” (CRI 1 ITA F B SEG).

²O informante está sendo questionado sobre a possibilidade de ser prefeito da cidade e quais seriam as condições para que tal fato acontecesse.

Considerando os onze parâmetros propostos que se materializam por meio de questões, podemos estabelecer o perfil da ocorrência em (1), focalizando apenas o recorte em negrito. Trata-se de um enunciado que apresenta um auxiliar modal (pudesse cumprir), cujo tipo semântico do verbo pleno (cumprir) é télico, o qual se realiza como asserção afirmativa, projetando o evento no futuro com aspecto durativo performatizado pela primeira pessoa do singular (sujeito discursivo), portanto, agentivo.

Quanto às propriedades conceptuais propostas em Heine (1995) e retomadas por Coates (1995), que estão expostas por meio das perguntas, entendemos que o dado em (1) apresenta um informante que expressa força (F) na fala; além disso, o evento projeta-se no futuro, uma vez que não tomou lugar considerando o ponto de referência que é o momento da enunciação; estamos falando da propriedade (L). Por fim, apresenta a propriedade (P) em que se verifica a natureza não-factual, ou seja, o fato não se coloca.

Diante da caracterização de (1) com base nos parâmetros acima, tomemo-lo verticalizando a discussão em alguns pontos.

Um dos parâmetros utilizados para estabelecer o gradiente *modal*, é a presença ou não do auxiliar “poder” que se apresenta no enunciado como “pudesse”, já estabelecido no português, e que ora assume modalidade deôntica, ora epistêmica, evidenciando, assim, seu caráter polissêmico, a exemplo do que ocorre no inglês e no alemão, conforme Heine (1995). Em função dessas duas possibilidades de interpretação, devemos buscar mais pistas evidenciais a fim de caracterizá-lo.

Considerando a ocorrência acima, em (1), entendemos que o informante explícita, logo na abertura do enunciado, a possibilidade de ser prefeita³, justamente marcada por pistas como a presença do modal “pudesse” compondo-se com a morfologia verbal ‘sse’ que marca o PIS. Entretanto, essa possibilidade é atualizada, no contexto semântico seguinte por uma certeza segundo a qual a informante expõe a impossibilidade de ter tal função, focalizando o tema ‘cumprir promessas’, o que configura o pressuposto de que ‘político não cumpre promessas’.

Um dos parâmetros controlados decorre da questão acerca do tipo semântico do verbo, a partir do qual se procura investigar em que medida condiciona a interpretação modal. Na ocorrência em questão, tem-se o verbo ‘cumprir’ cujo traço semântico é télico, denotando uma ação que visa a atingir uma finalidade. A nosso ver essa situação télica é amenizada pela presença do modal e da forma do PIS ao iniciar o enunciado, retificado na seqüência discursiva pela negação da mesma. Parece-nos, então que esse parâmetro torna-se nulo diante de outras atualizações semânticas que ocorrem no contexto discursivo.

A questão três procura averiguar se a forma como a asserção coloca o conteúdo proposicional, contribui para a interpretação da categoria modalidade. Em princípio, focalizando apenas o recorte, observa-se tratar de uma asserção afirmativa, a partir da qual se verifica a *possibilidade* remota de ser prefeita segundo expressa o informante; contudo, ou, devemos dizer, novamente, o conteúdo seguinte atualiza o “remoto” confirmando que se trata de uma negação, do ponto de vista funcional, vestida de caráter modalizador como uma escolha do falante visando à apresentação do enunciado como estratégia comunicativa. Trata-se do que Back (no prelo) chama de metáfora da negação.

Diante disso, tem-se uma asserção negativa do ponto de vista funcional, daí entendermos que a *possibilidade* aí posta tende a ser interpretada como modalidade deôntica; e, segundo Heine (1995:25) devemos atribuir maior peso para a negação e interrogação como sentido de modalidade deôntica; E, ainda conforme Coates (1983:244-245), os mecanismos dos modais do inglês apresentados sugerem as seguintes associações: “Todos os modais deônticos podem ocorrer em construções interrogativas onde os modais epistêmicos não são normalmente encontrados”.

Quanto ao tempo verbal, o recorte sob investigação se apresenta como futuro: durativo em função de um estado permanente de ser prefeita. Esse tempo verbal é tido como o tempo da modalidade, em que se verifica, em muitas situações, muito mais valor modal do que propriamente temporal. O futuro caracteriza, em situações de manipulação e controle, a modalidade deôntica, o que podemos correlacionar com a propriedade conceptual (F) de Heine. Assim, além de o dado apresentar um verbo télico, há a presença da agentividade que se correlaciona com a 1ª pessoa do singular em que o sujeito discursivo (o informante) expressa a possibilidade de ser prefeita. Portanto a propriedade conceptual C está presente. Diante disso, parece que estamos diante da modalidade deôntica, pois conforme Heine (1995:25) “um enunciado é mais fortemente associado à modalidade deôntica quando o sujeito referente é a primeira pessoa e pelo menos, provavelmente, quando é segunda pessoa”; contrariamente a isso, a modalidade epistêmica está fortemente associada com a terceira pessoa do sujeito ou, possivelmente, com a primeira.

Com relação às questões às propriedades conceptuais problematizadas em Heine (1995) e retomadas em Coates (1995), estamos diante ou pelo menos três, a partir das quais, podemos verificar que há uma força (F) caracterizada pelo enunciador e que se correlaciona diretamente com as questões que focalizam os parâmetros estrutural (pessoa gramatical) e semântico (agentividade daquele que performatiza a situação). De

³ A pergunta, constante do instrumento, feita à entrevistada foi a seguinte: *Você seria prefeita?*

modo que a propriedade F que caracteriza o interesse na ocorrência da situação está evidenciada e, mais uma vez, tende a ser interpretada como possibilidade deôntica. O que se verifica é que, somente F está obrigatoriamente conectada com a modalidade deôntica, ou seja, enunciados modais que carecem da falta de F falta o “elemento de volição/vontade” o qual se referiu Jespersen (1924:320-21) *apud* Heine (1995:32), o que não se verifica em (1) considerando essa última situação, “estamos lidando, preferencialmente, com sentido epistêmico do que com deôntico” (Heine, 1995, p.32); Ainda que o informante apresente o enunciado como não-factual, expressando a possibilidade remota de ocorrência factual, o contexto seguinte o atualiza envolvendo forte asserção negativa, funcionalmente falando. Em suma, estamos diante de um contexto *irrealis* de possibilidade deôntica.

Para estabelecer o perfil da modalidade expressa em (2) a seguir, temos que caracterizar a evidência, a exemplo de (1) com base nos mesmos parâmetros acima, em função de acreditarmos que, por meio destes, deixaremos pelo menos mais *evidente* o que propusermos adiante, pois temos consciência de que há uma certa amplitude no assunto. Vamos então, à segunda evidência:

- 2- ⁴“**Eu acho que tá certo, sei lá, acostumou assim, né? E cada, cada lugar, cada, cada caso é um caso, né? Cada lugar tem uma língua, tem um jeito de falar, né? Aqui o pessoal fala tudo, tudo assim português no caso, né**” (LM 2 ITA M B PRI).

Na fala do informante há uma expressão modal já cristalizada *eu acho que*, esta é uma expressão que não deixa de estar cognitivamente gravada em nossa mente e, dessa forma, a explicitamos quando não temos certeza de algo, começamos então a pensar que estamos lidando com um grau de modalidade mais *irrealis*, mais especificamente, *possibilidade* epistêmica.

O verbo usado no enunciado é de natureza cognitiva⁵, em que, o informante está expondo sua opinião, ele acha que está certo o jeito de falar, porém não o faz com total convicção, uma vez que, quando *achamos algo*, não temos certeza do que pensamos, isto é, a expressão insere um significado que atenua a convicção que possa vir expressa.

Embora, do ponto de vista formal, o enunciado se realize com o “né?”, é certo que estamos diante de uma asserção afirmativa na qual o informante faz uso do marcador discursivo. A expressão “eu acho que” diz respeito ao fato de estar ou não certo o modo como se fala; para, logo em seguida, pró-argumentar com base no costume de cada lugar com seu jeito característico de falar, buscando comprovar a crença por meio de argumento lógico para induzir a confirmação do entrevistador.

Focalizando o recorte que está em negrito, estamos diante de duas situações que, em princípio parecem paradoxais. A primeira situação se apresenta por meio do verbo “*acho*”, no presente, cognitivo (crença) 1ª pessoa, conseqüentemente agentivo. Por outro lado, tem-se a situação cujo verbo é “*acostumou*”, no pretérito perfeito, valendo um estado, terceira pessoa, sofrendo a ação, em que a força se dá e o informante é quem sofre “(...*sei lá, acostumou assim, né?...*)”. Coates (1983:245) nos propõe que “O *core* (núcleo) de significados dos modais deônticos são crucialmente associados com agentividade, isto é, a ação referida à predicação principal é executada por alguém (ou algo) usando sua própria energia”. Nesse caso, considerando a citação, o enunciado se apresenta como *possibilidade* epistêmica.

Quanto ao aspecto, denominamos (2) como durativo, em função da própria semântica do verbo *acostumar* atualizado pela expressão modal e todo o contexto semântico seguinte, pois envolve um intervalo progressivo de tempo, ou seja, desde que *acostumaram* a falar assim, se fala dessa forma. Sendo assim alimentamo-nos com a idéia de Heine (1995:26) segundo a qual: “...um sentido focal epistêmico é mais comum se o verbo principal é uma forma progressiva, ‘perfeita’ ou um estativo”. É evidente que tomamos a citação não no sentido único do verbo como o desencadeador principal da modalidade, mas sim considerando o contexto semântico no qual está inserido, que se compõe com todos os outros parâmetros.

Reforçando a idéia de Jespersen ((1924:320-21) *apud* Heine (1995)), sendo, portanto, enunciados modais que carecem de F falta o “elemento de volição/vontade”. Em tais casos, preferencialmente tidos como sentido epistêmico do que com deôntico. (Heine, 1995, P.32). Nesse caso, a força se dá e o informante é quem a sofre (...*sei lá, acostumou assim, né?...*). Podemos dizer que são complementares em que o primeiro insere uma situação modalizadora *irrealis* porque expõe uma visão opinativa- portanto o traço de subjetividade, propriedade definidora da possibilidade epistêmica conforme visto em Coates (1995), que se complementa com a segunda que visa a apresentar comprovações baseadas em argumentações lógicas numa espécie de atualização do grau de certeza quanto ao fato de “falar certo”, como coloca o verbo no pretérito perfeito, em que a ação é sofrida, não só pelo falante, mas toda uma comunidade, dependendo do lugar, do jeito de falar, etc.

⁴ No exemplo (2) a questão proposta ao entrevistado é que ele explicita qual sua opinião a respeito da fala de sua cidade.

⁵ Consideramos cognitivos verbos como: pensar, achar, imaginar, por apresentarem uma relação de sinonímia entre si, não que não existam outros, mas em nosso banco de dados constatamos que são os mais recorrentes.

Em se tratando de *achar*, podemos dizer que é não-factual, ou seja, o informante apenas acha que está certo, não tem certeza de tal fato. Entretanto, se olharmos para todo o contexto, no qual estão não só o *acostumar*, como também todo o restante, somos levados a crer que é factual, pois é claro que cada lugar tem um jeito de falar. Trata-se de argumentar em prol da visão opinativa que não minimiza o caráter *irrealis* codificado para evidência, pelo contrário, potencializa.

Concluindo, então, verificamos que o informante, ao modalizar sua fala, transmite *possibilidade* epistêmica a partir da qual se expõe uma certa incerteza quanto ao que está dizendo, talvez o assunto seja difícil para ele, talvez por não estar preparado para responder, ele se atrapalha um pouco e, assim, não consegue definir com clareza sua opinião, e isso o deixa meio embaraçado. Codificamos, dessa forma, *irrealis* de *possibilidade* epistêmica para a ocorrência em (2).

Seguimos então, para o terceiro dado, este também como o segundo, coletados na cidade de Lauro Muller:

3-⁶“Não, umas é de quando eu era pequena que eles falavam. É que não presta colocar a cadeira de perna pra cima em cima da mesa, não passar embaixo de escada. Só que eu não acredito muito nessas coisas. (LM 1 ITA F A GIN).

Na ocorrência acima, de início, a informante passa um grau de certeza de que não tem nenhuma superstição. Porém, logo após, quando começa a citar os tipos de superstição que ela conhece, vemos que fica meio “balançada”, ou seja, temos a impressão de que ela lembra, no sentido de uma certa aceitação, de algo que pode ser supersticioso para si. Então, quando diz “eu não acredito muito nessas coisas” percebemos tal sentimento por parte da entrevistada, codificando assim, a transparência de um grau próximo ao *irrealis*.

Não há nenhum auxiliar modal presente na fala da informante, respondendo ao primeiro (2) critério proposto por Heine. Porém, no recorte feito, há a presença de um verbo cognitivo, o qual segundo Dubois (2001:115) na função de comunicação serve para informar, para fazer conhecer um pensamento do interlocutor. Caracteriza-se como um verbo dinâmico, dessa forma, seguimos o pensamento de Heine que diz: “...verbos dinâmicos podem ter um significado focal epistêmico e verbos estativos um significado focal deôntico no tempo presente.”

Quanto à questão três (4), o enunciado aqui referido se realiza como uma asserção negativa, pois o informante, ao ser questionado sobre o assunto superstição, nega qualquer crença a respeito, apesar de como já havíamos dito anteriormente, ela ficar meio “em dúvida” quanto à negação do fato no final de sua fala. Heine (1995:25) diz que devemos atribuir maior peso para a negação e interrogação como sendo modalidade deôntica. Temos aqui, um grande impasse agora: está difícil para atribuir uma opinião mais próxima de qual modalidade está em jogo, pois no início de nossa análise, tivemos pistas de *possibilidade* epistêmica e agora deôntica, porém, é claro que devemos levar em conta que o enunciado não pode ser tomado como sendo totalmente uma negação, isto é, atribuímos este postulado pelas pistas contextuais, as quais encontramos na análise.

Quanto ao tempo verbal do enunciado, conforme proposto pela questão quatro (5), a nosso ver, é presente e a pessoa do discurso em função gramatical do sujeito é a primeira pessoa, lembrando que Heine (1995:25) destaca que a modalidade epistêmica está fortemente associada com a terceira pessoa do sujeito ou, possivelmente com a primeira. Quanto à agentividade, conforme postulado pela questão seis (7) é mais humana, e o aspecto, questão (8) é durativo, ou seja envolve um certo intervalo de tempo, pois ele não acredita muito nessas coisas de superstição e nos leva a entender que vai continuar não acreditando, por isso atribuímos sua fala como progressiva, então, seguimos o que diz Coates (1983: 246): “usos epistêmicos, mas não deônticos, estão associados com o aspecto progressivo”.

Tomando então, as questões nove (9), dez (10) e onze (11), podemos dizer que não há uma força caracterizada por um elemento de vontade, pois ele expõe sua opinião, mas não com muita certeza a respeito do assunto, dessa forma, vejamos o que nos diz Heine (1995:32): “Somente F está obrigatoriamente conectada com a modalidade deôntica”. E quanto às propriedades conceptuais podemos dizer que o evento já tomou lugar no seu tempo de referência, ou seja, junto a seu momento de fala e que o evento é factual, quer dizer, já é fato.

Diante da caracterização posta em (3), podemos dizer que estamos diante do “*irrealis*”, mais especificamente *possibilidade* epistêmica, cuja gradação seria levemente distinta de dois, podendo ser apreciada em uma matriz modal que expresse o gradiente *irrealis*, a partir da qual poderemos perceber de que, nesse caso, o informante embora não acredite em superstição, deixa claro que se acontecer algum fato que o fizer acreditar, ele mudará de opinião.

Com relação ao próximo dado, temos a presença de modal associado à modalidade epistêmica, pois o informante parece estar com dúvida quanto ao fato de o PT ser justo ou não.

⁶ Neste caso, a pergunta feita à informante é se ela tem alguma superstição.

4-⁷ “Não, nós somos mais PT, né? Agora ultimamente mais PT, mas parece que o PT também está desiludindo um pouco a gente, era uma vez, ah, sei lá, a gente já foi PMDB, muda, né? Pra ver se a coisa melhora, né?” (CRI 1 ITA F B SEG).

Caracterizando, então, o enunciado em (4), temos uma expressão modal, *parece que*, respondendo ao critério (2) e o enunciado se realiza como uma asserção afirmativa (4). O tempo é presente (momento da enunciação), a informante fala de um assunto que está acontecendo no momento, ou seja, sobre a situação atual de sua vida no que diz respeito a ligações com questões de política, conforme proposto no critério (5) pré-estabelecido, enquanto que no que se trata de pessoa do discurso, conforme colocado na questão (6) estamos aqui, lidando com a terceira pessoa do singular, lembrando que para Heine a modalidade epistêmica está fortemente associada com a terceira pessoa do sujeito ou, possivelmente, com a primeira, como já citado em outros exemplos.

O sujeito gramatical (PT) expressa agentividade porque *aponta* para uma organismo social com a ação de desiludir, por ser uma organização e compor-se de pessoas, complementando a questão (7). E quanto ao aspecto (8) denominamos durativo “inacabado” no presente, vale ressaltar que Coates (1983,p.246), declara que “usos epistêmicos, mas não deônticos, estão associados com o aspecto progressivo”. O verbo “parecer”, é pontual porém está encaixado a uma subordinada que nos leva à idéia de duração, envolvendo certo intervalo de tempo, podendo ainda ser denominado como imperfeito, segundo Costa (2002,p.30) este aspecto expressa temporalidade interna, ou considerando-a como um fragmento de tempo que se desenrola (expressão de cursividade).

Não há um elemento “F”,(FORÇA), questão (9) e não-factual, questão (10) pois a partir do momento em que ele usa o verbo “parecer”, ele deixa de ser um fato.

Percebemos no início, que havia uma grande possibilidade deste enunciado apresentar um grau de mais *irrealis*, no sentido de *possibilidade* epistêmica. Então, a análise nos possibilitou confirmar nossa primeira impressão, pois a agentividade no termo recortado está em terceira pessoa, há a presença de uma expressão modal; assim, acreditamos que esse tipo de verbo tende a acompanhar a forma subjuntiva, a qual indica menos certeza por parte do falante, em relação ao tema política.

4-Considerações Finais:

Ao longo do trabalho, postulamos que há uma faixa polissêmica entre as modalidades deôntica e epistêmica, em se tratando do matiz modal de *possibilidade*. A idéia, que aparece testada na seção anterior junto à análise das quatro evidências, é a de que estamos lidando com graus de *possibilidade*. Seguindo esse objetivo, atribuímos pesos com base nos postulados teóricos de Heine (1995) e Coates (1995), os quais contribuem para o estabelecimento do gradiente de *possibilidade*, ou seja, podemos dizer que o grau de *possibilidade* envolve diferentes noções, entre elas estão o comprometimento do falante, graus de (in)certeza sobre o tema, gradação de (des)conhecimento do assunto e, inclusive, a polidez. Essas diferentes noções podem ser captadas na proposição enunciada mediante o emprego de diversos mecanismos lingüísticos, os quais investigamos por meio de parâmetros que se traduziram em questões postas na seção (2), procurando encontrar pistas que nos levem a estabelecer graus de *possibilidade* de uma ou outra modalidade. Dentre estes mecanismos, temos as expressões modais, por exemplo. Tanto Heine (1995) quanto Coates (1995), ao tratar dos modais, *may*, *will*, *must* reconhece diferentes graus de modalidade, envolvendo *obrigação*, *necessidade*, *possibilidade* etc. A exemplo disso, podemos estender este mesmo procedimento em nossa análise, em se tratando de *possibilidade*. Nesse sentido, quando dizemos “*está chovendo*” é bem diferente de quando dizemos “*deve estar chovendo*”, pois a asserção do auxiliar modal *dever* na enunciação tem o efeito de tornar *possível* essa afirmação, ou seja, o comprometimento do falante com a *possibilidade* é percebida a partir do conteúdo proposicional com a inserção do modal *dever*.

Diante do exposto, apresentamos a tabela abaixo, na qual se apresenta uma matriz com componentes que podem compor as quatro evidências anteriormente propostas e discutidas e que expressam a *possibilidade*. Como estamos lidando com grau *possibilidade*, atribuiremos 1 para os aspectos que são considerados como característicos de *possibilidade* epistêmica e 0 para os parâmetros característicos da *possibilidade* deôntica, ou seja, quanto maior a pontuação “irrealis” mais caminharemos para uma possibilidade epistêmica, quanto menor “irrealis”⁸, mais estaremos em direção a possibilidade deôntica, lembrando que isso só é possível, porque não são mutuamente exclusivas.

⁷ Em (7) foi proposto à informante o assunto política, ou seja, como anda a política da cidade.

⁸ Esses pesos poderão ser redimensionados; (portanto, caro leitor, sinta-se à vontade para sugerir).

Dado	Sintático				Semântico						Pragmático		Situação
	P	M	E	A	S	F	L	P	T	V	D	I	
1) <i>Se eu pudesse cumprir promessas, mas como eu sei que ninguém pode cumprir promessa, eu prefiro ficar em casa mesmo.</i>	0,5	1	1	1	0	0	0	0	1	0	Sentido focal epistêmico, mas atualizado para deôntico = 0		4,5
2) <i>Eu acho que tá certo, sei lá, acostumou assim, né? E cada, cada lugar, cada, cada caso é um caso, né? Cada lugar tem uma língua, tem um jeito de falar, né? Aqui o pessoal fala tudo, tudo assim português no caso, né?”</i>	0,5	1	1	1	0	1	1	1	1	1	I Sentido focal epistêmico que se confirma diante dos mecanismos: possibilidade epistêmica = 1		95
3) <i>“Não, umas é de quando eu era pequena que eles falavam”. É que não presta colocar a cadeira de perna pra cima em cima da mesa, não passar embaixo de escada. Só que eu não acredito muito nessas coisas.</i>	0,5	1	1	0	0	0	1	0	1	1	Sentido focal epistêmico que se confirma diante dos mecanismos: possibilidade epistêmica = 1		6,5
4) <i>“Não, nós somos mais PT, né? Agora ultimamente mais PT, mas parece que o PT também está desiludindo um pouco a gente, era uma vez, ah, sei lá, a gente já foi PMDB, muda, né? Pra ver se a coisa melhora, né?”</i>	1	1	1	1	0	0	1	0	1	1	Sentido focal epistêmico que se confirma diante dos mecanismos: possibilidade epistêmica = 1		8,5

Quadro 03 – Matriz de graus de *possibilidade*, uma das modalidades do *irrealis*.

A tabela nos mostra os resultados alcançados a partir da discussão posta na seção anterior. Considerando os parâmetros sintáticos, abordamos alguns pontos: P para pessoa gramatical, M para tempo gramatical, E para confirmação ou não de presença de expressões modais, como o advérbio *muito* em (3), e A para o tipo de asserção: interrogativa, afirmativa ou negativa. Levando em conta os parâmetros semânticos, computamos S para traço de agentividade do sujeito, V para o tipo de verbo, F para confirmação ou não de força, L para confirmação ou não de o evento já ter tomado lugar no tempo de referência, P para confirmação de o evento ser não-factual ou não, e, por fim, T para tempo discursivo. Por último, consideramos, como aspecto pragmático, a atualização do sentido focal de modalidade, ou seja, atribuímos D para atualização de modalidade deôntica e I para atualização de modalidade epistêmica, levando em conta o conhecimento compartilhado, normas sociais.

Em síntese, a matriz esboça uma proposta de análise que, certamente, precisa de refinamentos, mas que dá a dimensão dos graus de *irrealis* em jogo, em se tratando de possibilidade deôntica ou epistêmica.

RESUMO: Este artigo focaliza a categoria *possibilidade*, sob o escopo do *irrealis*, com base no *corpus* do Atlas Sociolingüístico da AMREC. Analisaremos-na, gradualmente, do [+ *poss*] até o [- *poss*], na interface das *possibilidades* deôntica e epistêmica, sob o enfoque teórico de Coates (1995) e Heine (1995).

PALAVRAS-CHAVE: Fala; semântica; modalidade; possibilidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BACK, Ângela C. Di Palma. *O pretérito imperfeito do subjuntivo: multifuncionalidade e variação*. Projeto de doutoramento qualificado em maio de 2006.
- COATES, Jennifer. *The expression of Root and Epistemic: Possibility in English* Roehampton Institute, 1995.
- COSTA, Maria Cristina Rigoni. *Modalidade e Gramaticalização: Estratégias discursivas na fala carioca*. UFRJ: Rio de Janeiro, 1995. Tese (Doutorado) em Língua Portuguesa-Departamento de Letras Vernáculas. Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- COSTA, Sônia Bastos Borba. *O aspecto em português*. São Paulo: Contexto, 2002.
- DUBOIS, Jean. *Dicionário de Lingüística*. 8. ed. São Paulo: Ed. Cultrix, 2001. 653 p
- GIVÓN, Talmy. *A Functional-typologica introduction*. Vol.1, Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Co, 1984.
- HEINE, B. Agent-oriented and epistemic modality. In J. Bybee & S.Fleischmann (eds). *Modality in grammar and discourse*. Amsterdam /Philadelphia: J. Benjamins, 1995. (p.17-54).
- TARALLO, Fernando. *A pesquisa sociolingüística*. São Paulo: Ática, 2001.